

Municípios gastam até R\$ 14 mil por aluno a cada ano - Diário do Grande ABC



Embora investimento seja maior do que o exigido por lei, na prática não reflete em aprendizado adequado

Bia Moço

Juliana Stern

Especial para o Diário

21/05/2018 | 07:00



Share to FacebookShare to TwitterShare to LinkedInShare to PinterestShare to Google+Share to ImprimirShare to Mais...

Em média, as administrações municipais do Grande ABC investem 27% da receita em Educação – valor acima dos 25% exigidos por lei – e o custo por aluno varia entre R\$ 7.000 (Ribeirão Pires) e R\$ 14 mil (Santo André). Apesar disso, na prática, o montante retirado dos cofres públicos não se traduz em ensino satisfatório, tendo em vista a manutenção de velhos problemas, como a falta de vagas em creche (em janeiro, a fila tinha 15,7 mil crianças nas sete cidades), aprendizado insuficiente, infraestrutura inadequada nas unidades escolares e baixo investimento em formação docente.

Embora as notas no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) estejam acima da média para os anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano –, especialistas reforçam que o indicador não significa que a evolução escolar seja coerente e eficaz.

Os resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), divulgados em outubro do ano passado pelo MEC (Ministério da Educação), dão conta de que quase metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública tem níveis de leitura e aprendizado de matemática considerados

insuficientes.

Conforme o Censo Escolar de 2015, apenas um quarto das escolas (26,9%) possuem sala adequada para leitura. Além disso, pouco mais da metade dos estabelecimentos (67,63%) tem sala de computadores com acesso à internet.

Pais de alunos matriculados nas redes municipais reforçam a questão de que não sabem onde o dinheiro público está aplicado. Para eles, há conjunto de questões a serem levantadas, desde a parte física até mesmo a qualificação dos profissionais. De modo geral, acreditam que o ensino e a aplicação do método são falhas.

Cleila Tomaz de Oliveira, 35 anos, acredita que o ensino municipal é “fraco”. O filho Eduardo, 9, estuda na Emeb (Escola Municipal de Educação Básica) Dr. Mário Santalúcia, no Jardim Ruyce, em Diadema. A principal reclamação do menino é que fica muito tempo em sala de aula sem fazer nada. “Pensei em transferir o Eduardo de escola. Meu sobrinho está em escola estadual e, olhando o caderno dele, notei que há mais efetividade nos estudos. Tem mais conteúdo”, relata.

Já os professores da rede defendem que, nos últimos anos, as administrações têm dado suporte aos profissionais e às unidades. Para a docente Carla Regina Nunes Campos, 49, em seus 22 anos como professora da rede de Santo André houve avanços. Carla atua em duas Emeiefs (Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental): Therezinha Monteiro Barros Nosé, na Vila Alpina, e Professor Eufly Gomes, na Vila Curuçá. “Além de material e toda estrutura ter sido renovada, temos a formação continuada, onde professores se reúnem para capacitação.”

Especialista diz que falta acompanhamento

Quando se fala em investimento em Educação, o percentual aplicado depende da arrecadação de cada município. Para especialista na área, não basta olhar resultados numéricos se não pensar em qualidade.

Na visão do doutor em Educação e professor da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo) Ocimar Alavarse, a precariedade no ensino está atrelada a dois fatores: investimento insuficiente e mau uso do montante aplicado. “Encontramos lacunas, especialmente na Educação Infantil, onde creches custam muito caro aos municípios. Deve-se mudar o pensamento de que os primeiros anos são para a criança passar tempo. Há um currículo de aprendizado a ser seguido que, em boa parte dos casos, não acontece.”

Além disso, Alavarse avalia que a principal falha está no fato de as administrações municipais não acompanharem o aprendizado das crianças. “Falta olhar. Não basta gastar, investir e não cuidar da aprendizagem, que é o elemento central a ser valorizado. Claro que tem de olhar o todo também.”

O professor destaca que as notas do Ideb são importantes, porém só avaliam duas matérias – Português e Matemática. Para ele não é único indicador de qualidade, pois há outros elementos que devem ser levados em consideração. “É um ciclo, uma conta que não fecha. Professores e

municípios dizem que está tudo bem, mas os pais não estão satisfeitos e os alunos também não. Não há receita mágica. Ou as secretarias trabalham junto com as escolas, ou não tem conserto.”

Comentários

Atenção! Os comentários do site são via Facebook. Lembre-se de que o comentário é de inteira responsabilidade do autor e não expressa a opinião do jornal. Comentários que violem a lei, a moral e os bons costumes ou violem direitos de terceiros poderão ser denunciados pelos usuários e sua conta poderá ser banida.